

Audiência Pública Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF 3º Quadrimestre 2014

Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000

3º Quadrimestre 2014

Diário Oficial do Estado nº 19.991, de 29/01/2015

Relatório de Gestão Fiscal – 3º Quadrimestre/2014;

Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 6º Bimestre/2014.

Florianópolis, 13 de abril de 2016

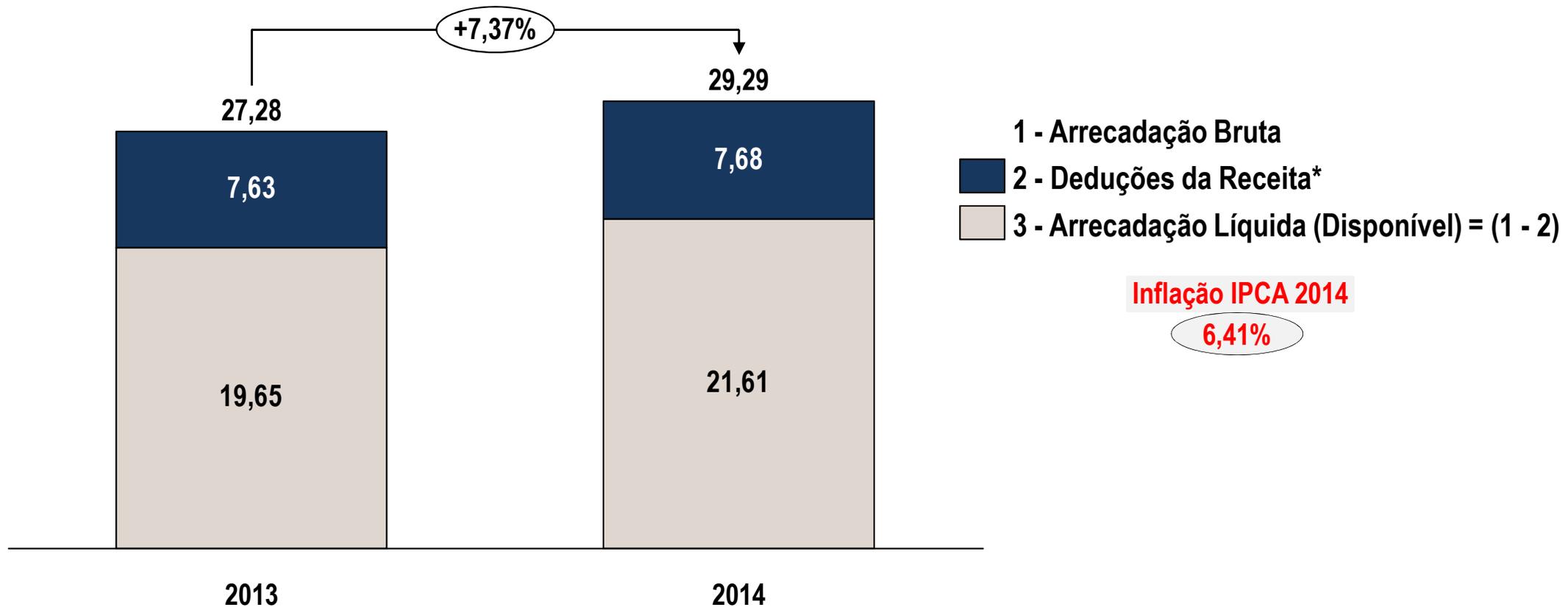


A Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que foi um marco nas finanças públicas do Brasil, criou regras e limites para uma **gestão fiscal responsável**, visando ao **equilíbrio das contas públicas**. Neste sentido, além de impor o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem atingidas, a LRF fixou limites para as despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, garantias e contragarantias, bem como a inscrição de restos a pagar.



Receita Total

Bilhões R\$



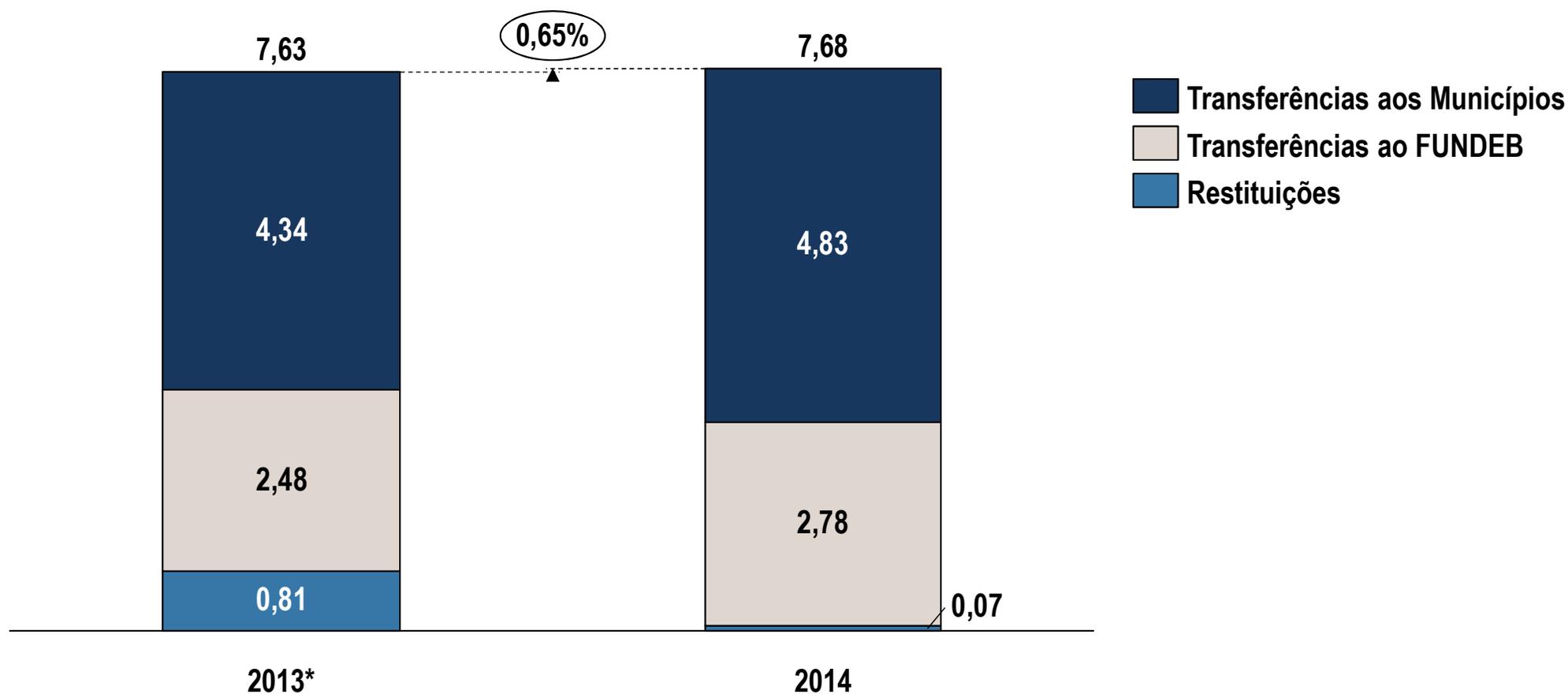
* Consideram-se deduções da receita os repasses constitucionais e legais aos Municípios, repasses ao FUNDEB e Restituições aos contribuintes.

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Deduções da Receita

Bilhões R\$



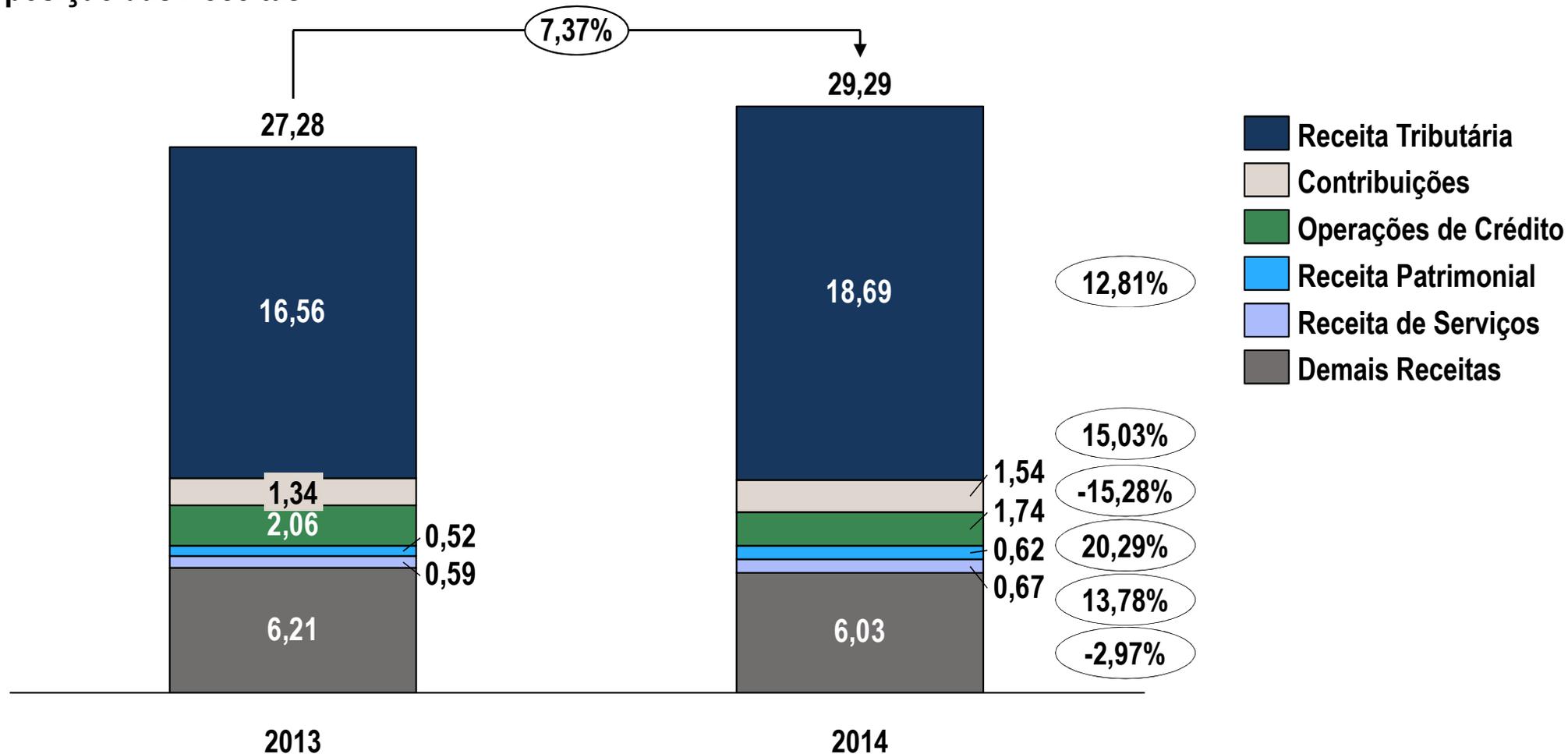
Em 2013 ocorreram lançamentos de estorno do retorno do FUNDEB realizados pelo Governo Federal. A Portaria Interministerial nº 4, de 7 de maio de 2013, modificou a forma de cálculo do valor mínimo por aluno. Com isso, os valores repassados de janeiro a maio de 2013, no importe de R\$ 650 milhões, foram estornados e registrados como deduções de receita.



Arrecadação Bruta Total do Estado

Bilhões R\$

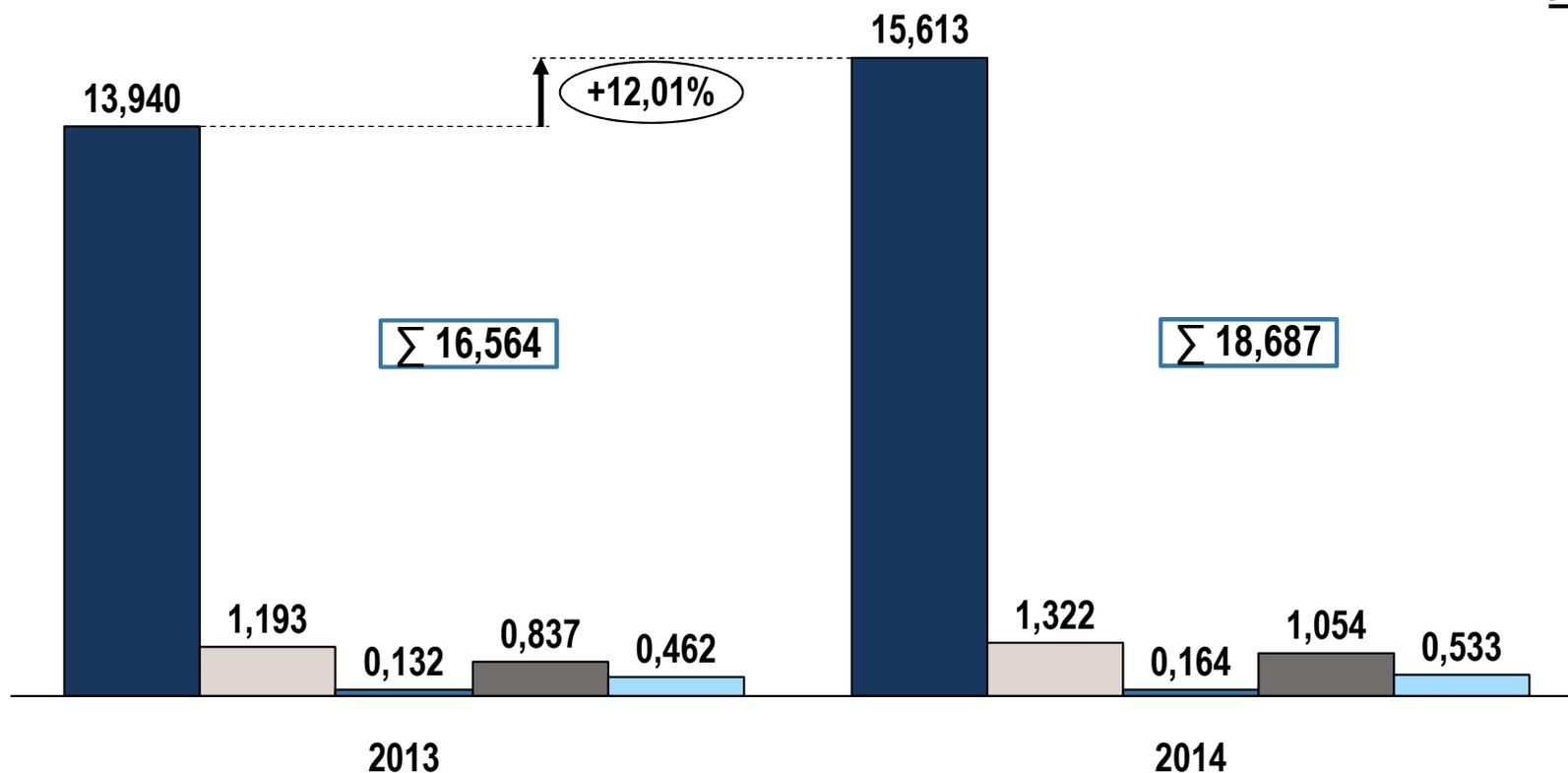
Composição das Receitas



Arrecadação Tributária Bruta

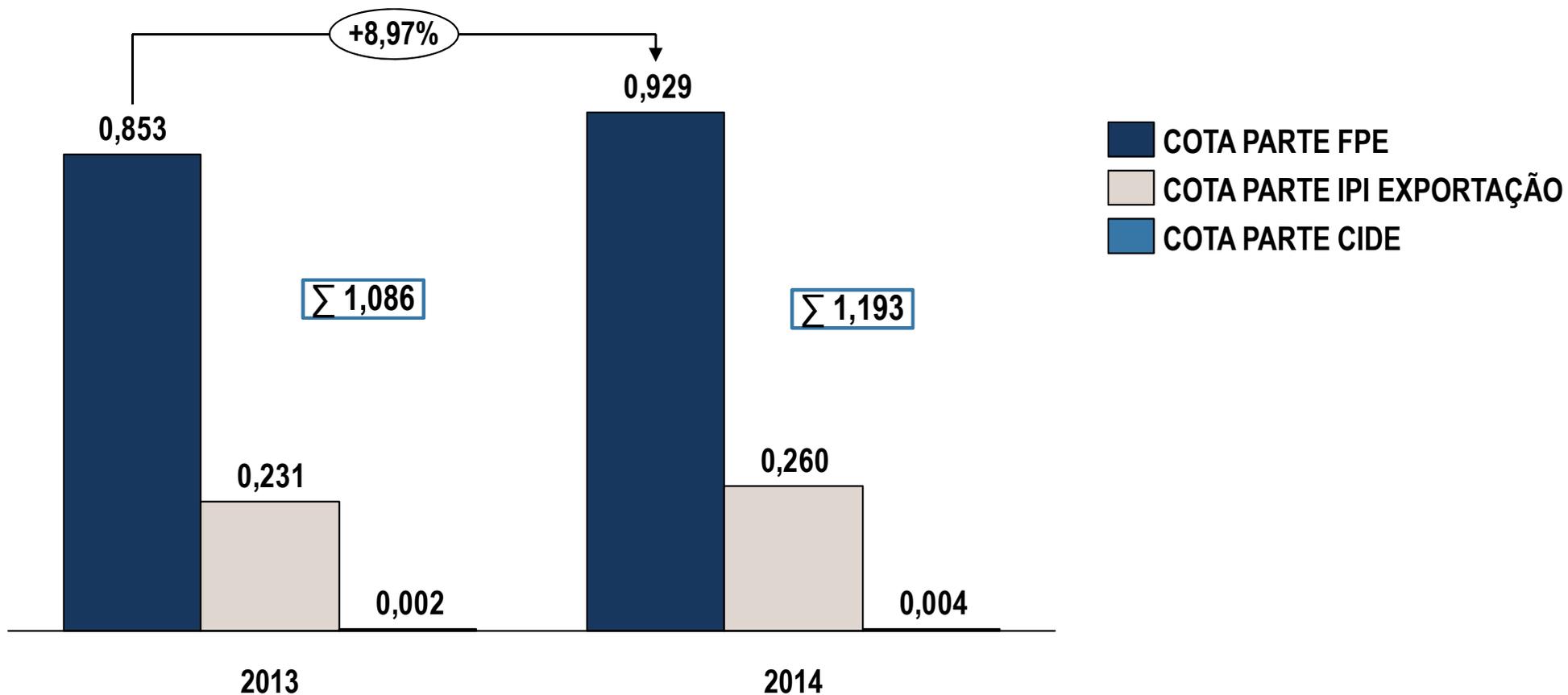
Bilhões R\$

ARRECADAÇÃO PRÓPRIA



Repasses da União

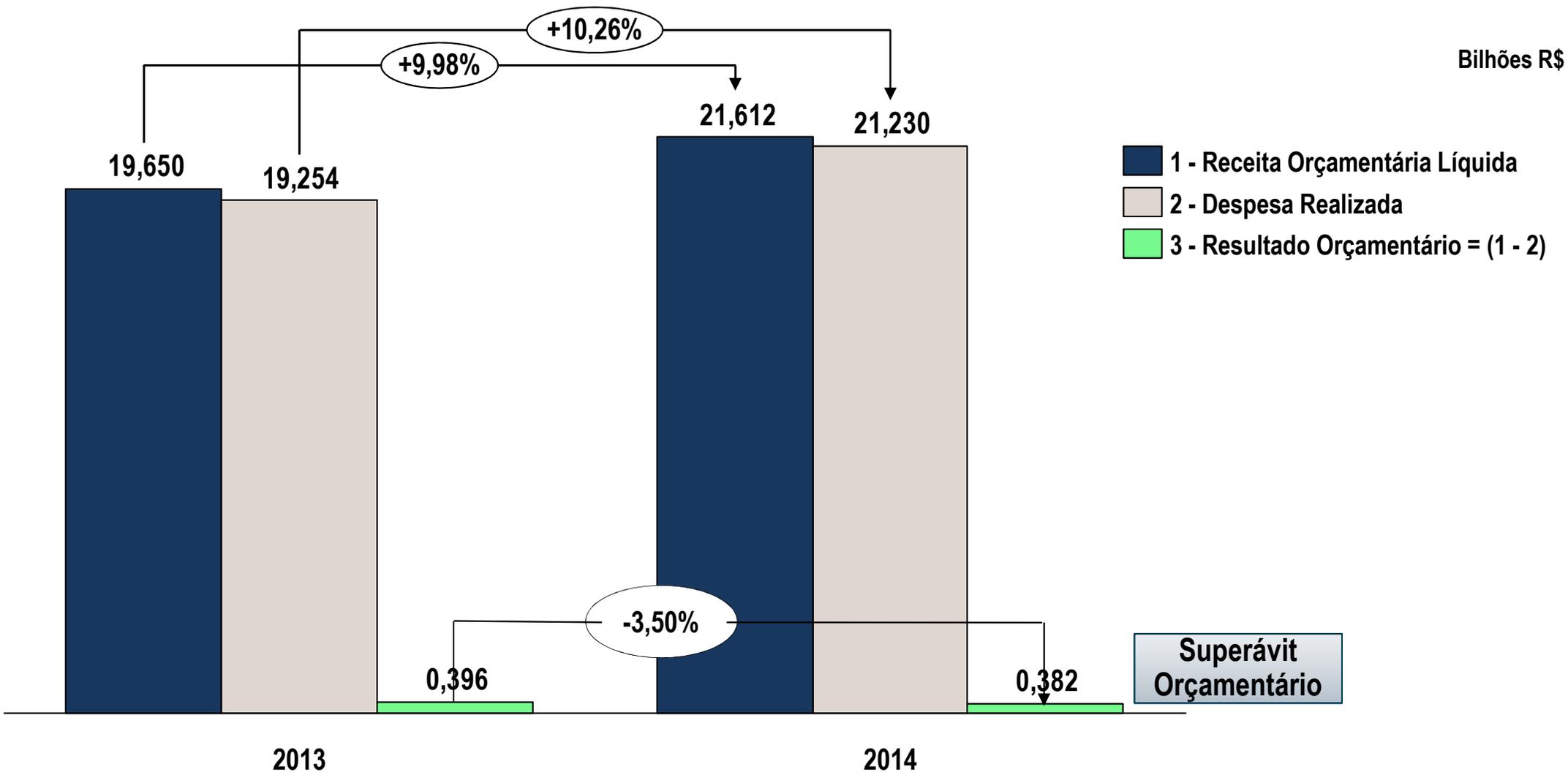
Bilhões R\$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

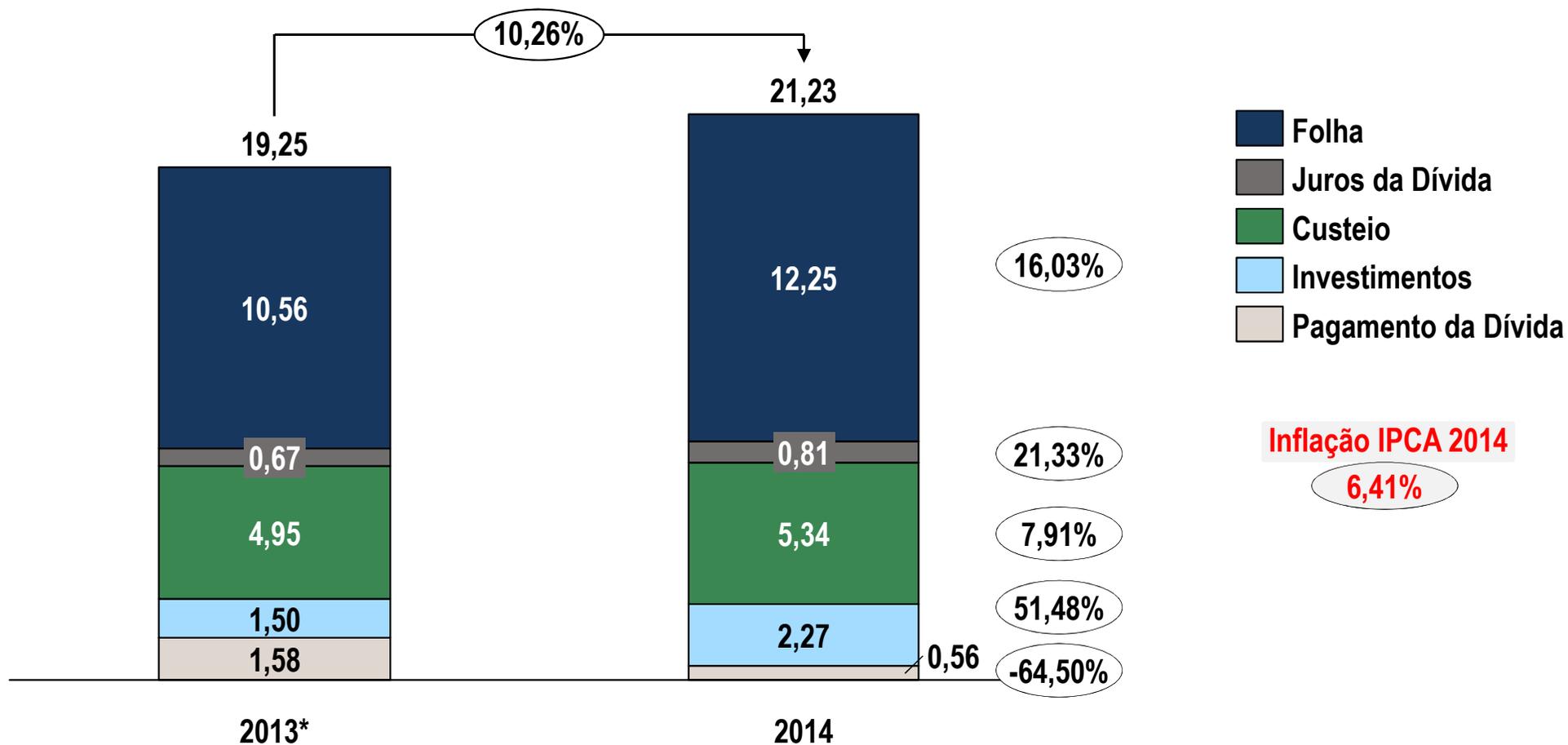


Resultado da Execução Orçamentária



Despesas por Grupo

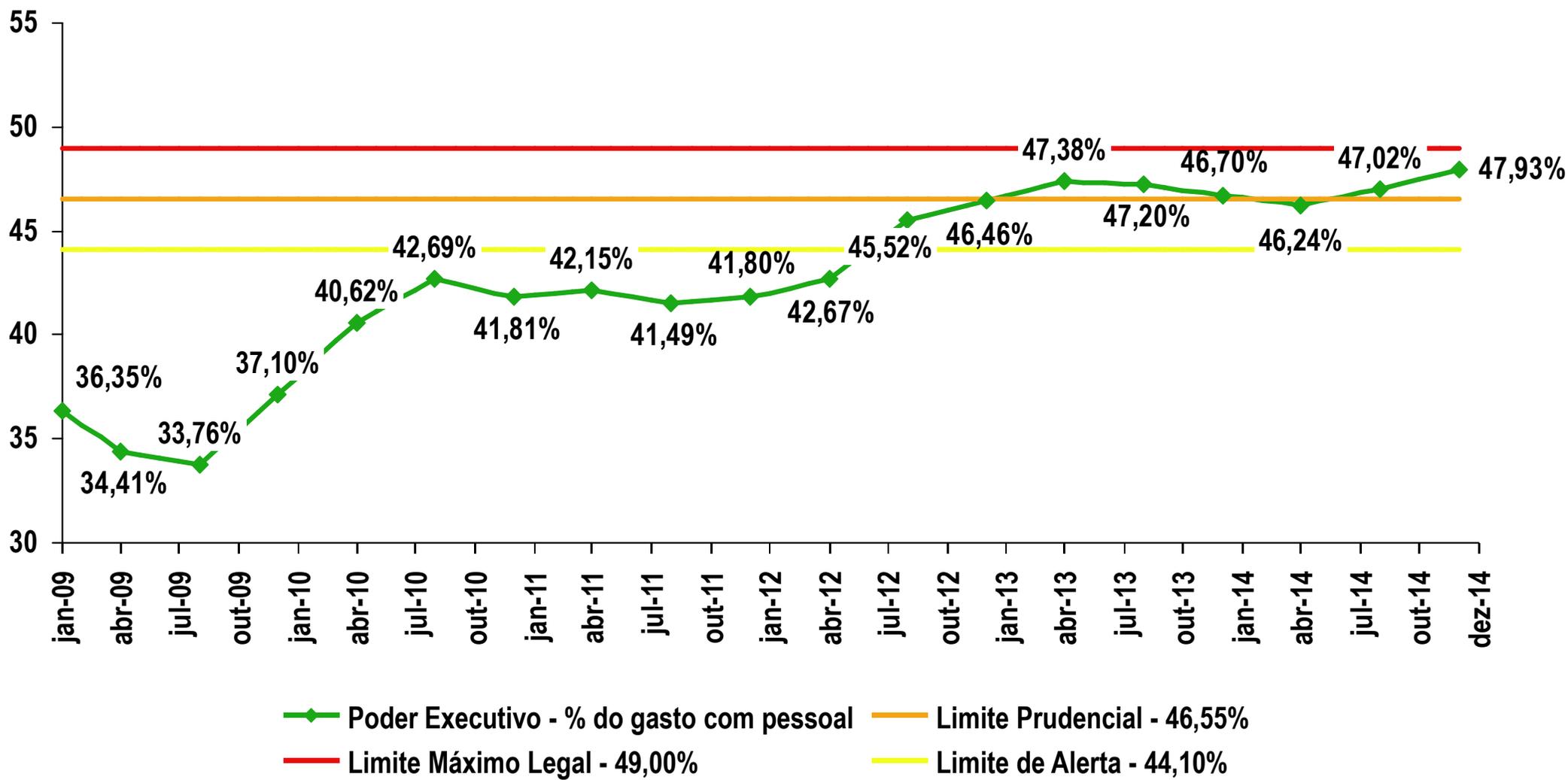
Bilhões R\$



* No mês de maio de 2013 foram amortizados R\$ 979,6 milhões da dívida oriunda do Contrato nº 080/PGFN/CAF/PROCESSO nº 17944.000125/2002-52, celebrado entre o Estado, CELESC e BNDES.



Gasto com Pessoal conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal

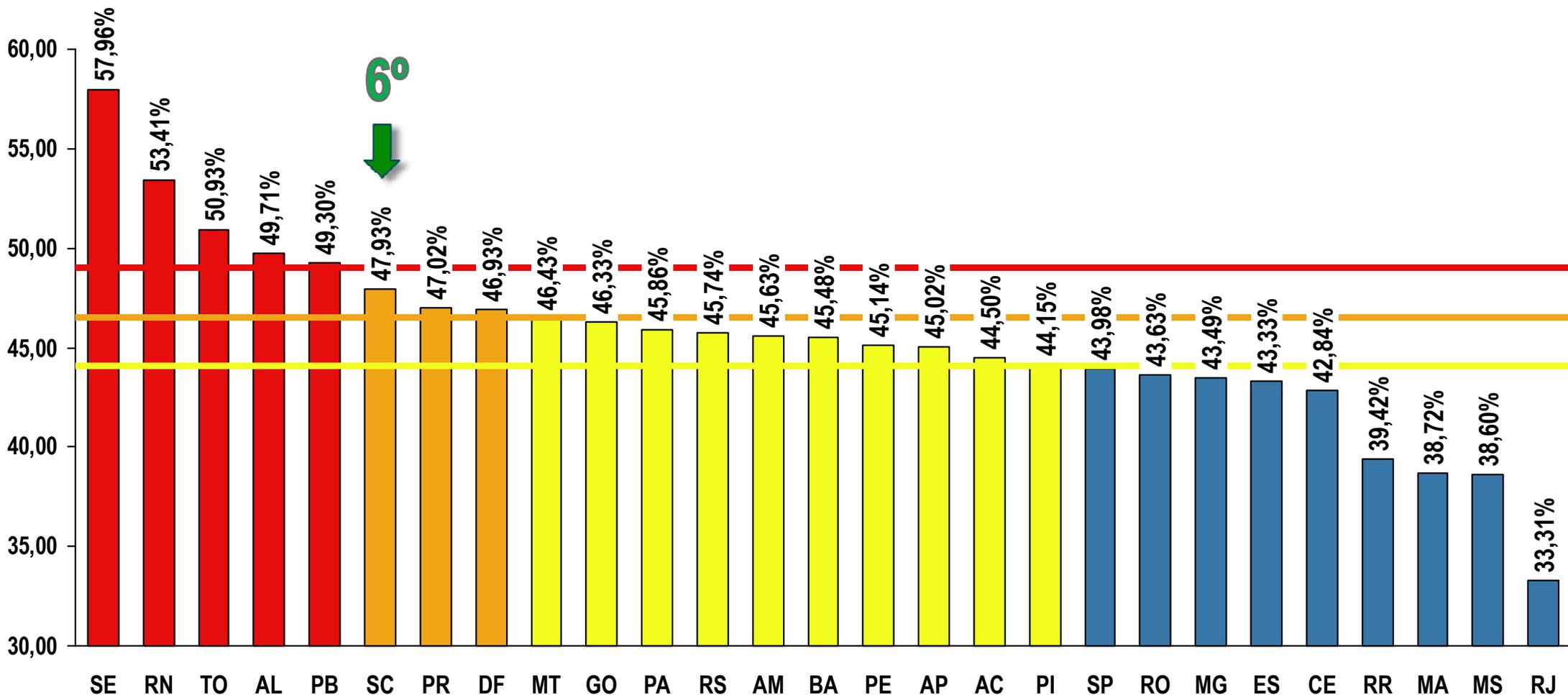


Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



SC no cenário nacional – % Gasto com Pessoal Poder Executivo (LRF)

■ Limite Máximo Legal - 49,00%
 ■ Limite Prudencial - 46,55%
 ■ Limite de Alerta - 44,10%

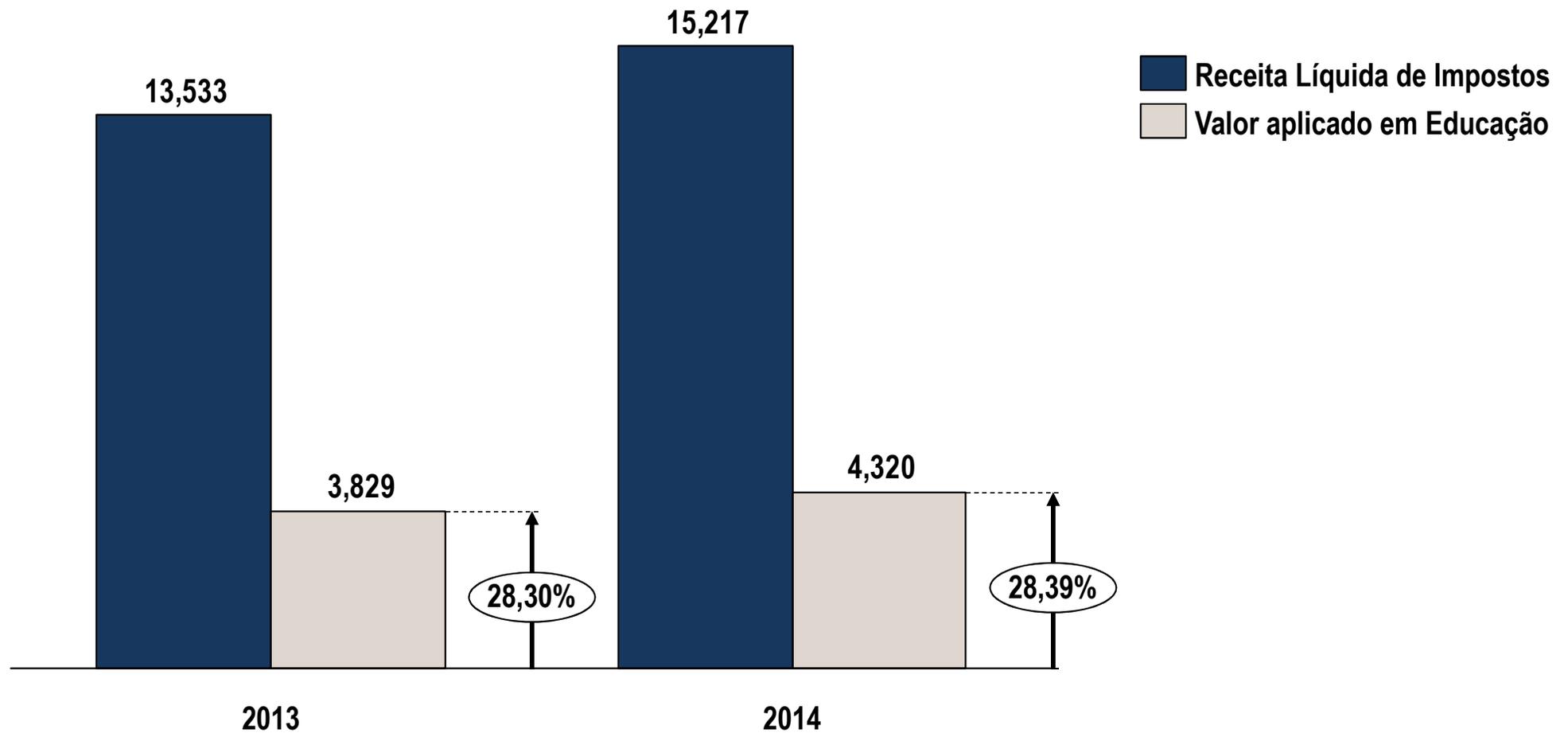


Fonte: SICONFI



Aplicação do Mínimo Constitucional em Educação

Bilhões R\$



Aplicação em Educação nos últimos 5 anos

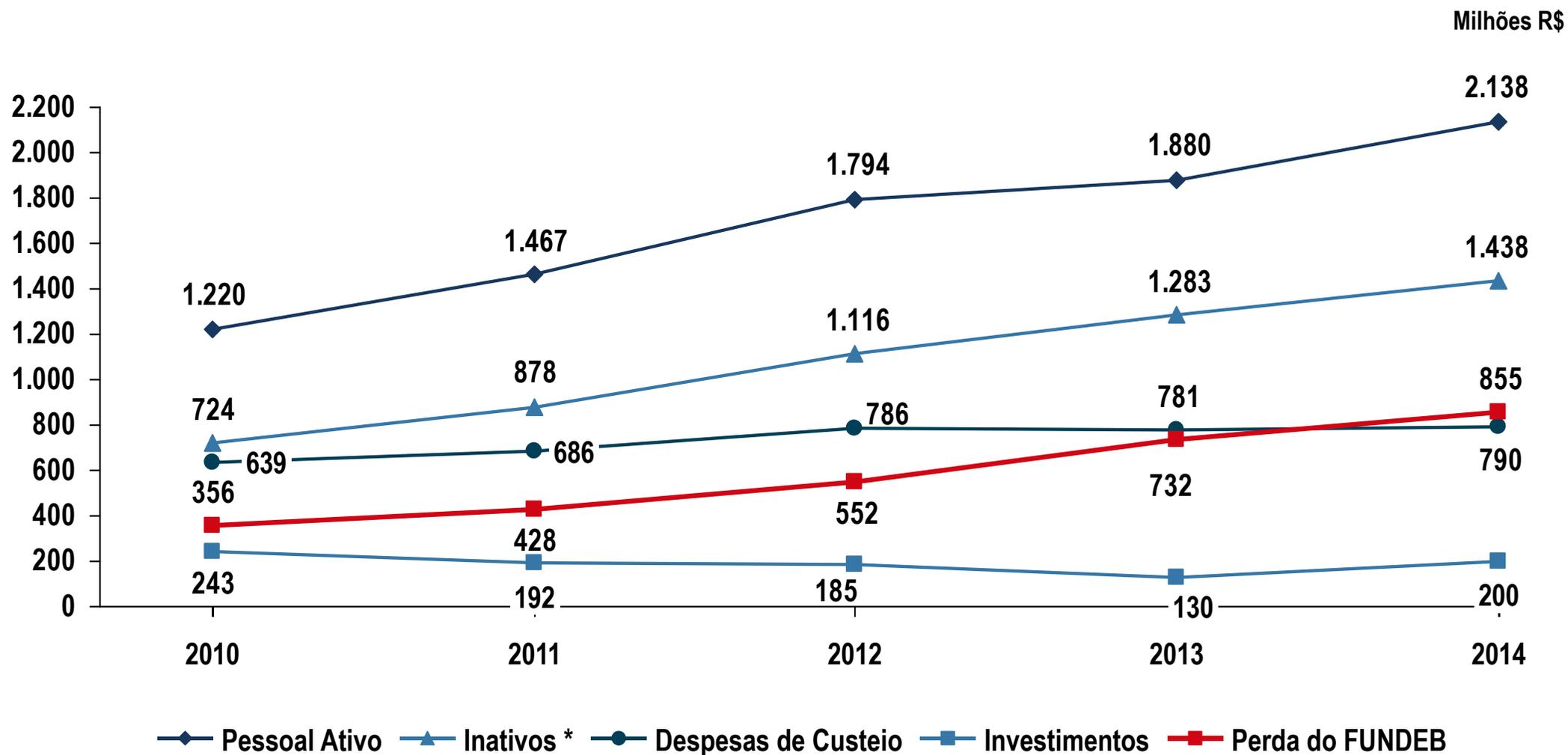
Milhões R\$

	2010	2011	2012	2013	2014
1 – Pessoal Ativo	1.220	1.467	1.794	1.880	2.138
2 – Despesas de Custeio	639	686	786	781	790
3 – Investimentos	243	192	185	130	200
4 – Subtotal (1 + 2 + 3)	2.102	2.345	2.765	2.791	3.128
5 – Pessoal Inativo	724	878	1.116	1.283	1.438
6 – Perda do FUNDEB	356	428	552	732	855
7 – Subtotal (5 + 6)	1.080	1.306	1.668	2.015	2.293
TOTAL GERAL (4 + 7)	3.182	3.651	4.433	4.807	5.421

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Aplicação em Educação nos últimos 5 anos

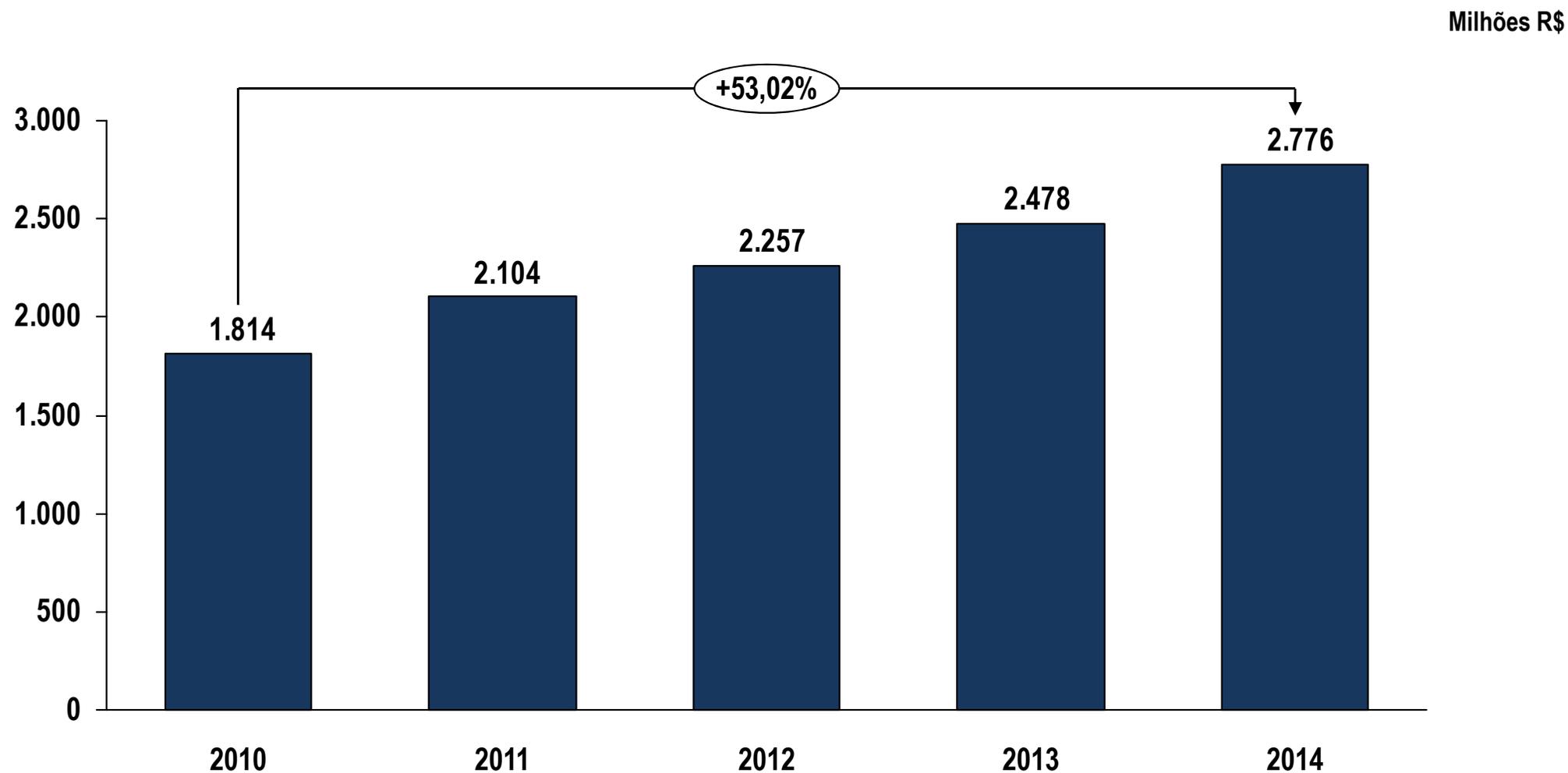


* Total das Despesas de Inativos da Educação pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina – RPPS/SC.

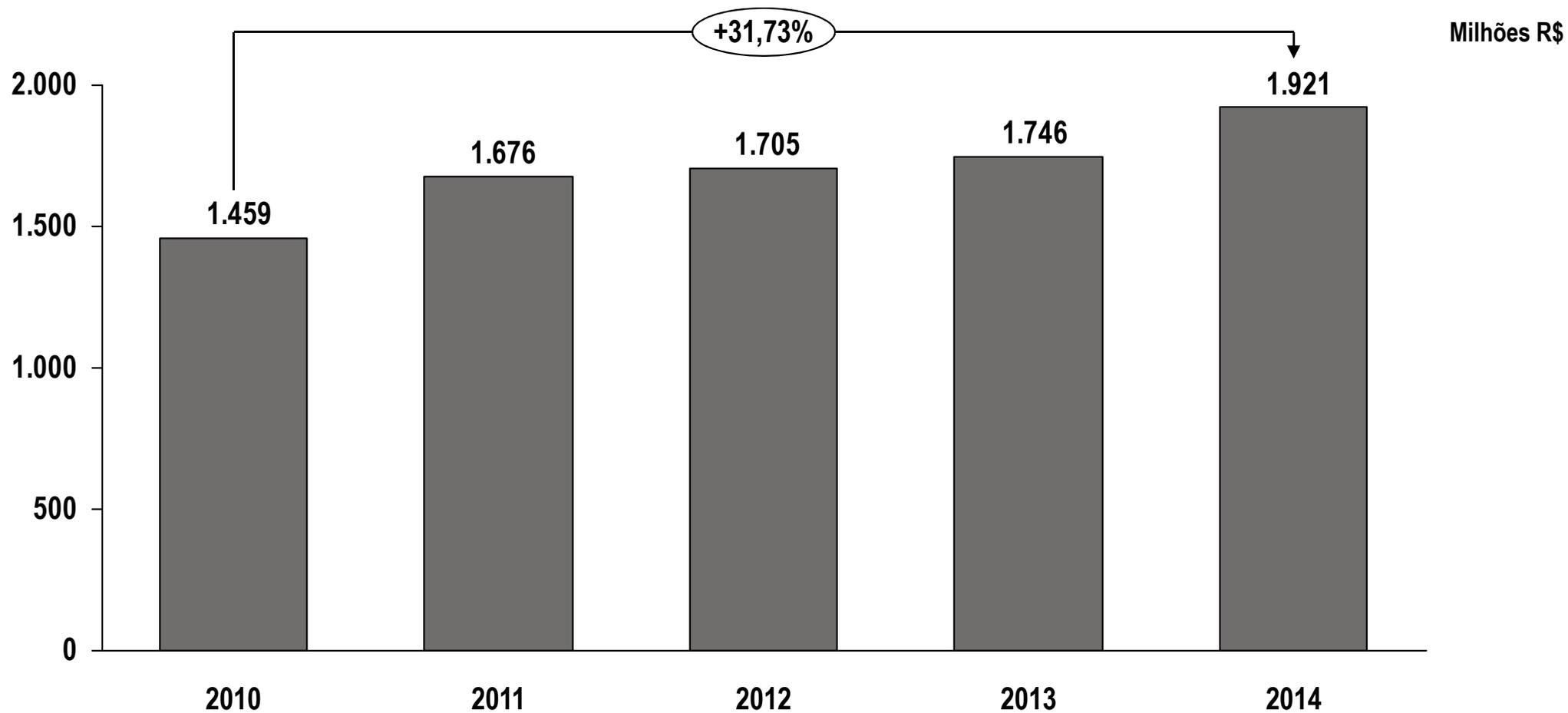
Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Repasse para formação do FUNDEB



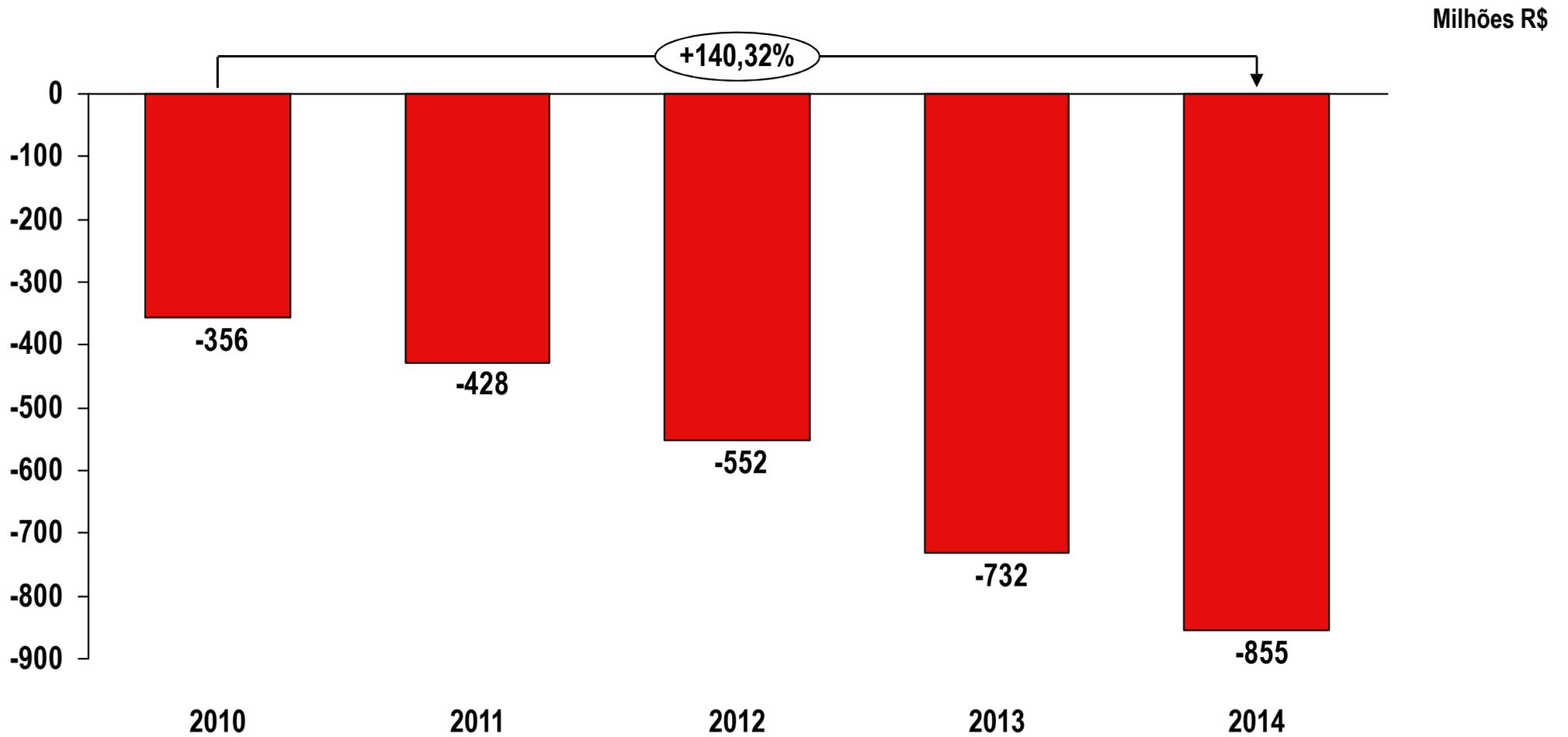
Retorno do FUNDEB



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



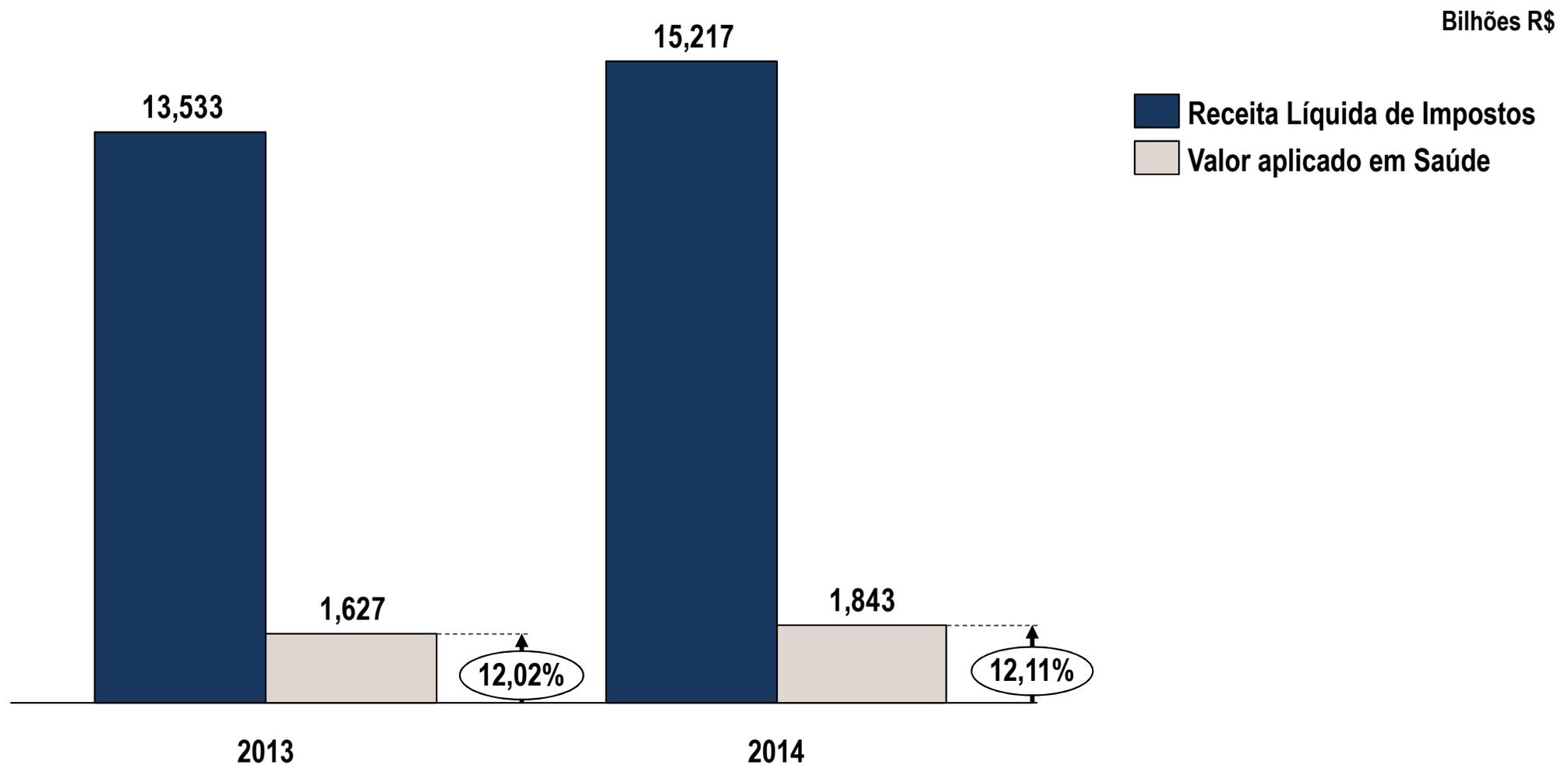
Perda do FUNDEB



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral

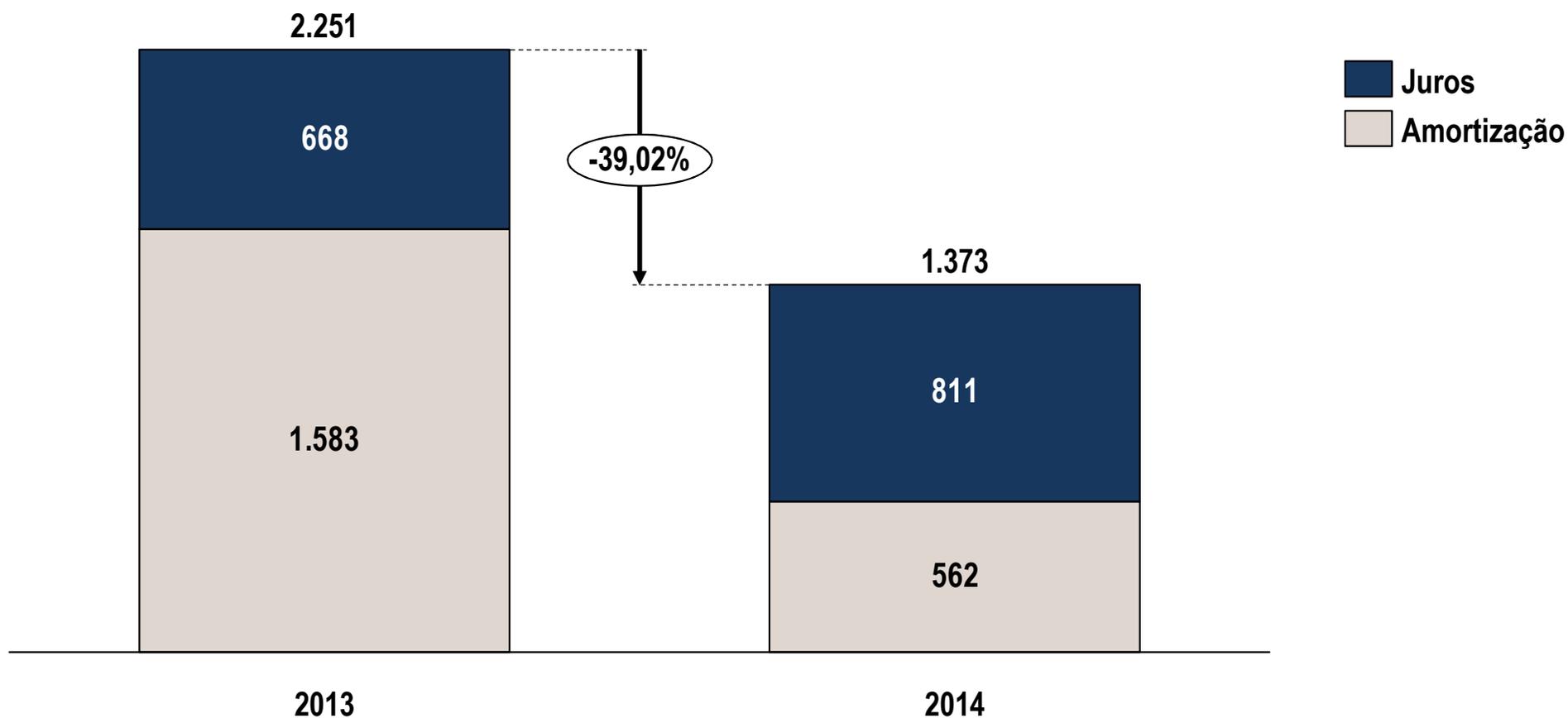


Aplicação do Mínimo Constitucional em Saúde



Pagamento da Dívida Pública

Milhões R\$

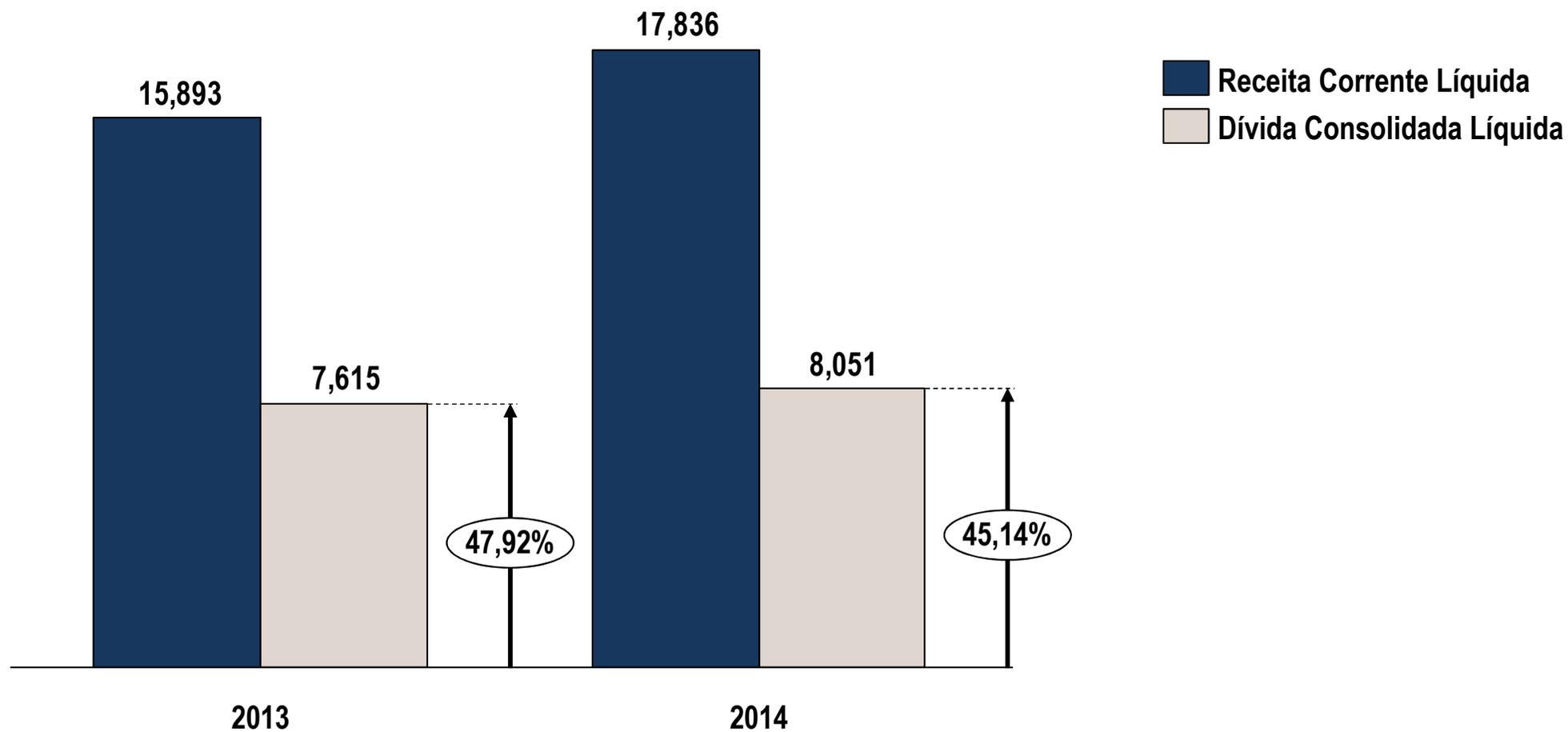


No mês de maio de 2013 foram amortizados R\$ 979,6 milhões da dívida oriunda do Contrato nº 080/PGFN/CAF/PROCESSO nº 17944.000125/2002-52, celebrado entre o Estado, CELESC e BNDES.

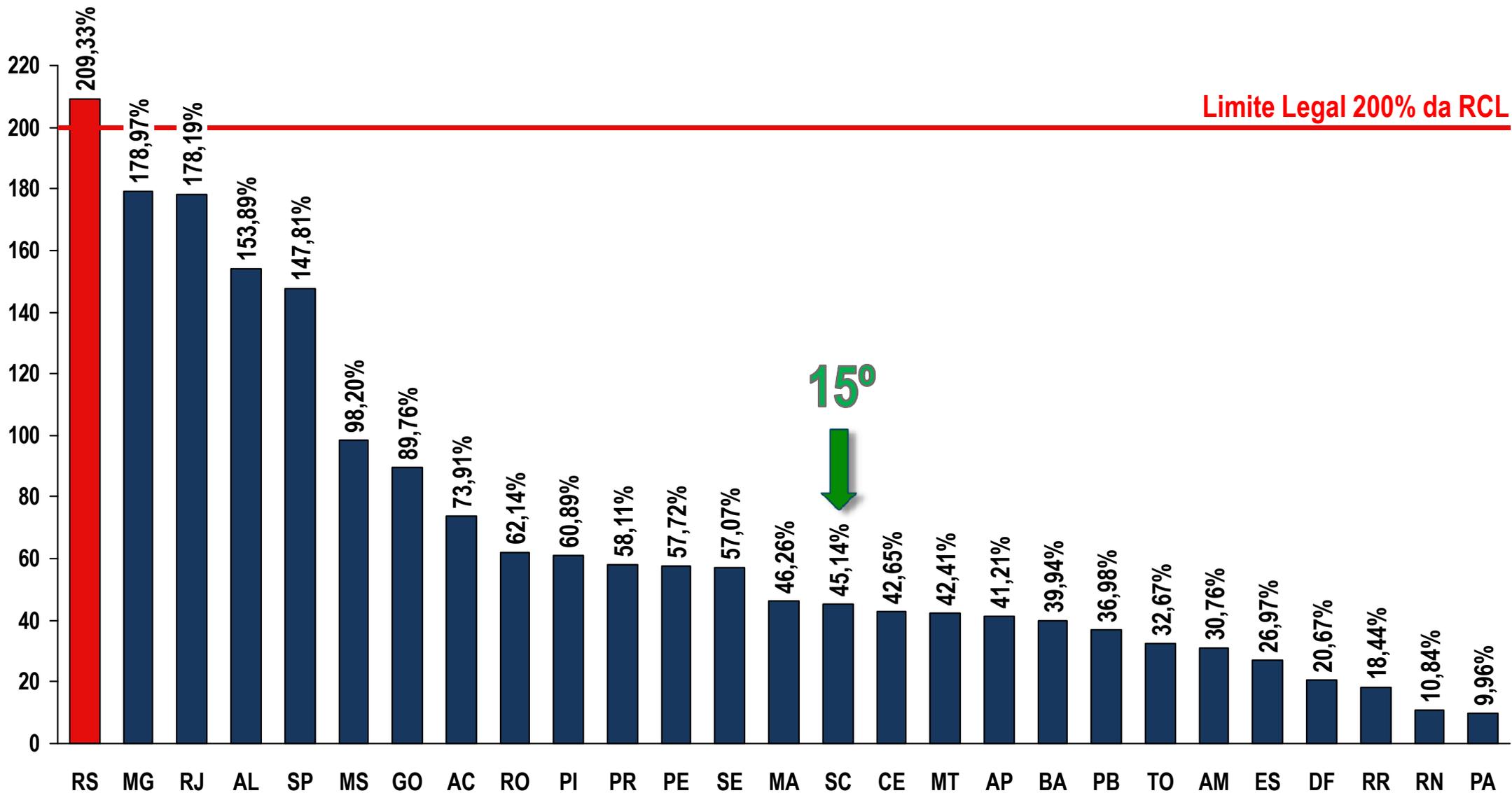


Dívida Consolidada Líquida

Bilhões R\$



SC no cenário nacional – Dívida Consolidada Líquida

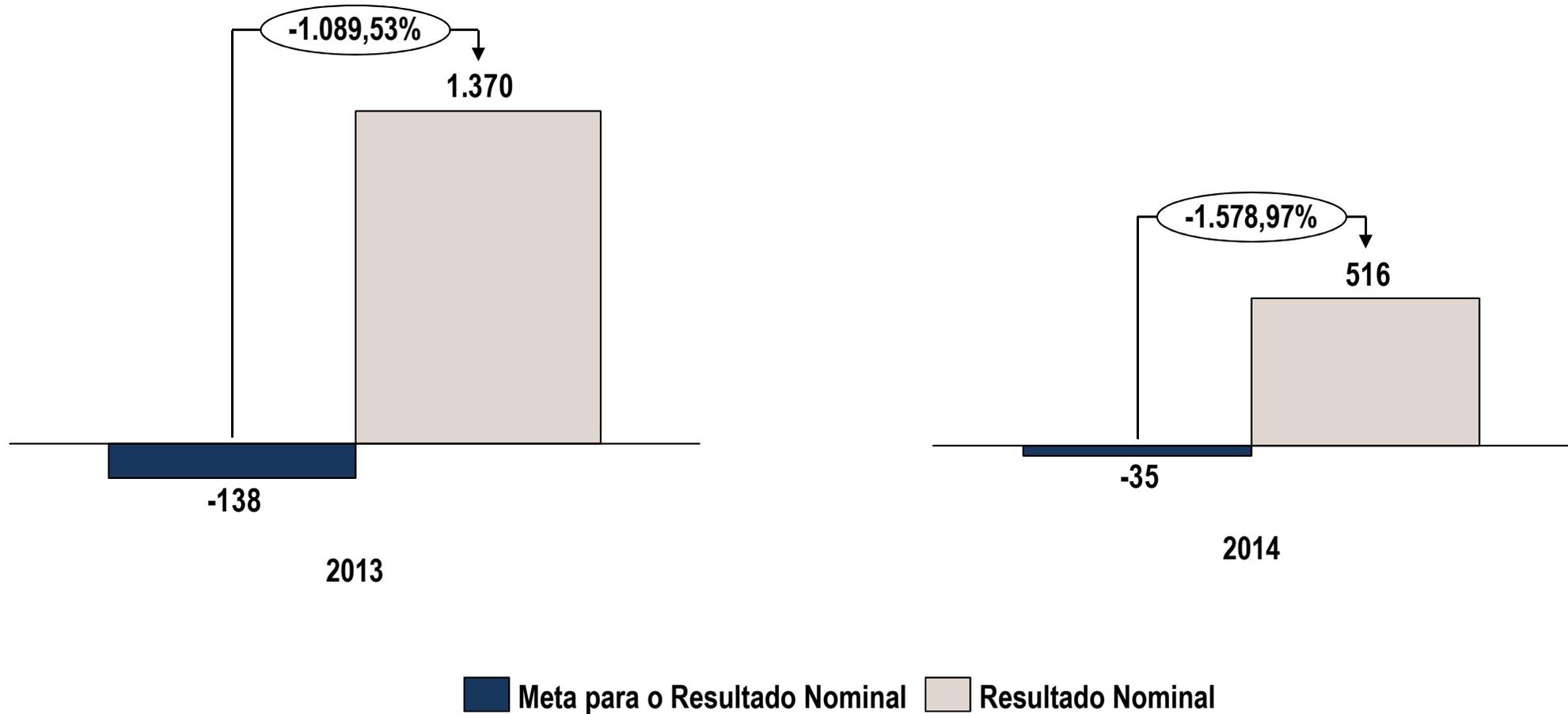


Fonte: SICONFI



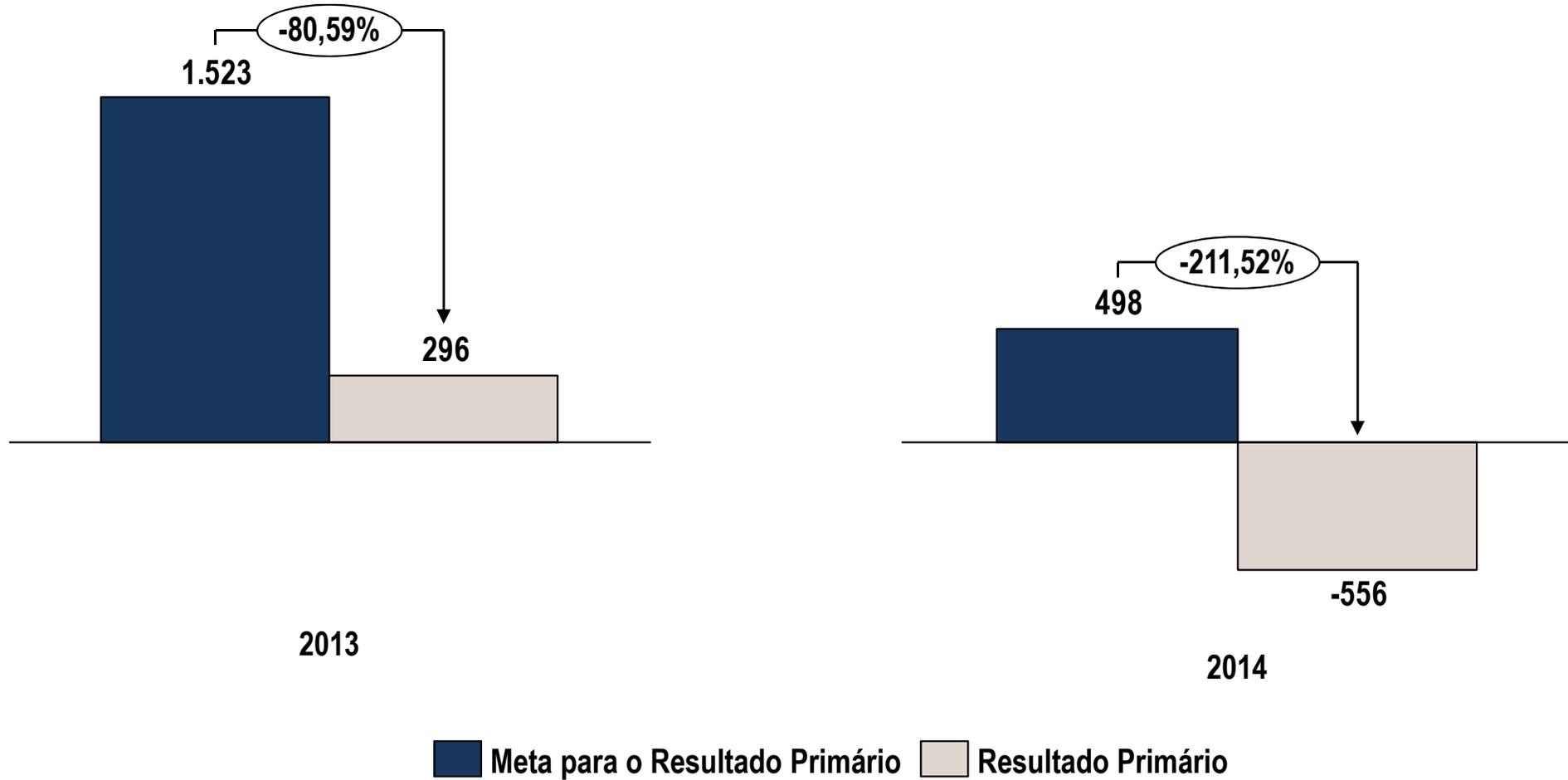
Resultado Nominal

Milhões R\$



Resultado Primário

Milhões R\$



Restos a Pagar Consolidado

Milhares R\$

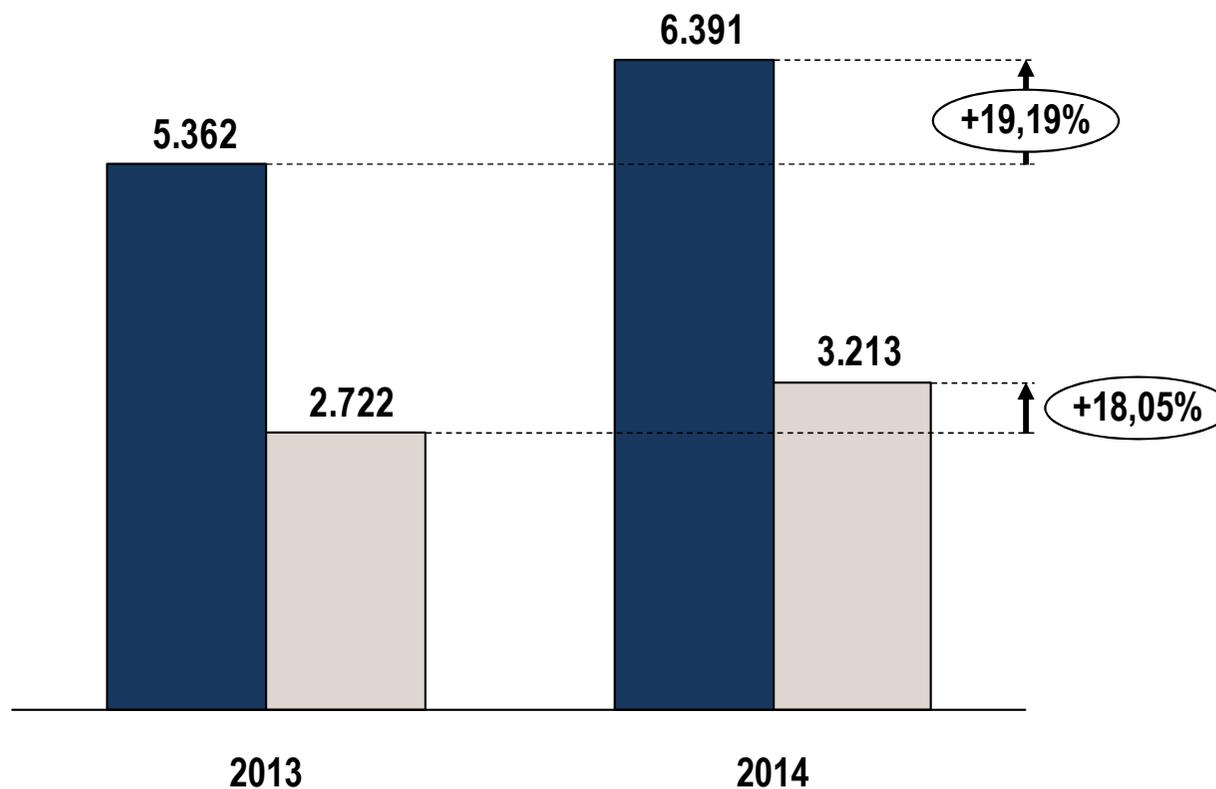
RESTOS A PAGAR									
PODER	Restos a Pagar Processados				Restos a Pagar Não Processados				
	Inscritos em 31/12/2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em 31/12/2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
EXECUTIVO	98.266	93.734	4.532	-	498.751	265.057	265.057	233.694	-
LEGISLATIVO	1.155	1.155	1	-	14.599	11.102	11.102	3.497	-
JUDICIÁRIO	-	-	-	-	49.183	26.692	26.692	22.491	-
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	-	-	13.185	6.032	6.032	7.153	-
TOTAL	99.421	94.888	4.533	-	575.718	308.883	308.883	266.835	-

Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Milhares R\$



Regra: Lei de Responsabilidade Fiscal

Da Preservação do Patrimônio Público

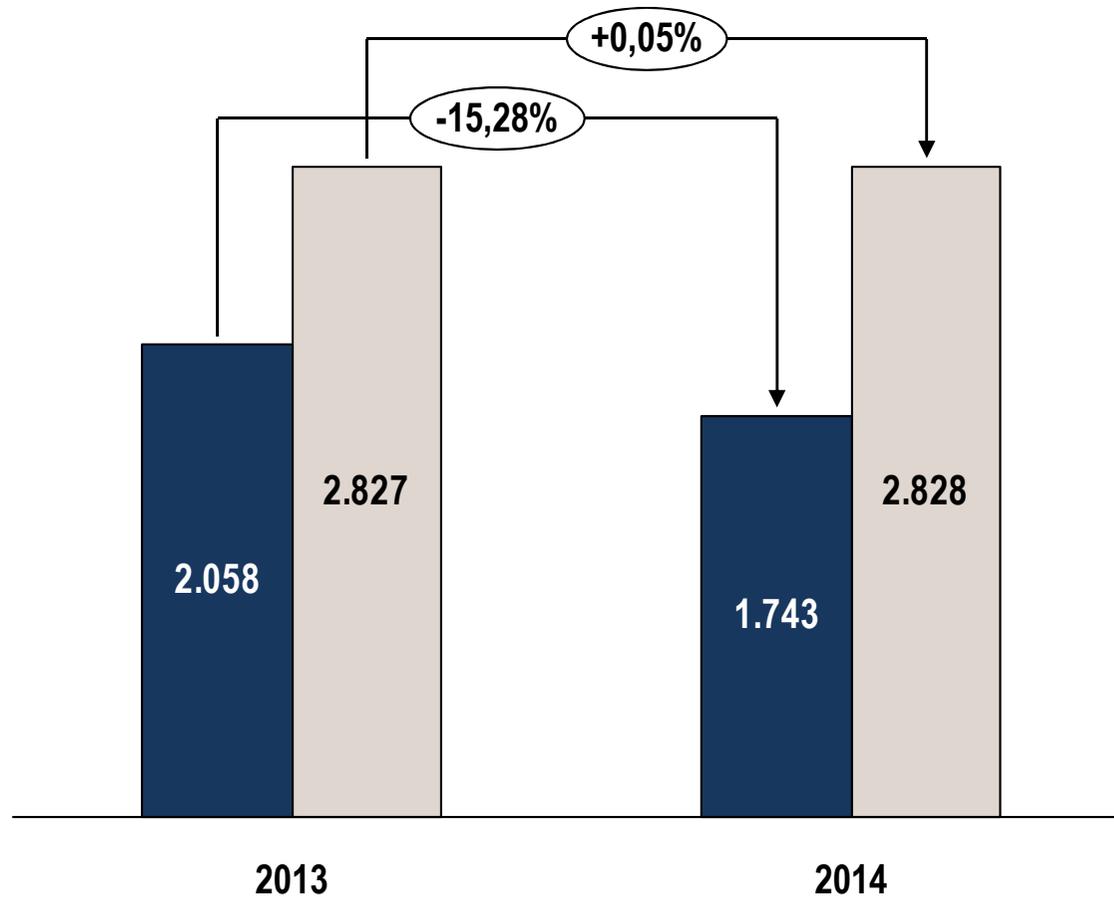
Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

- Receita Alienação Ativos
- Aplicação em Despesas de Capital



Operações de Crédito x Despesas de Capital

Milhões R\$



Regra: Constituição Federal

DOS ORÇAMENTOS

Art. 167. São vedados:

(...)

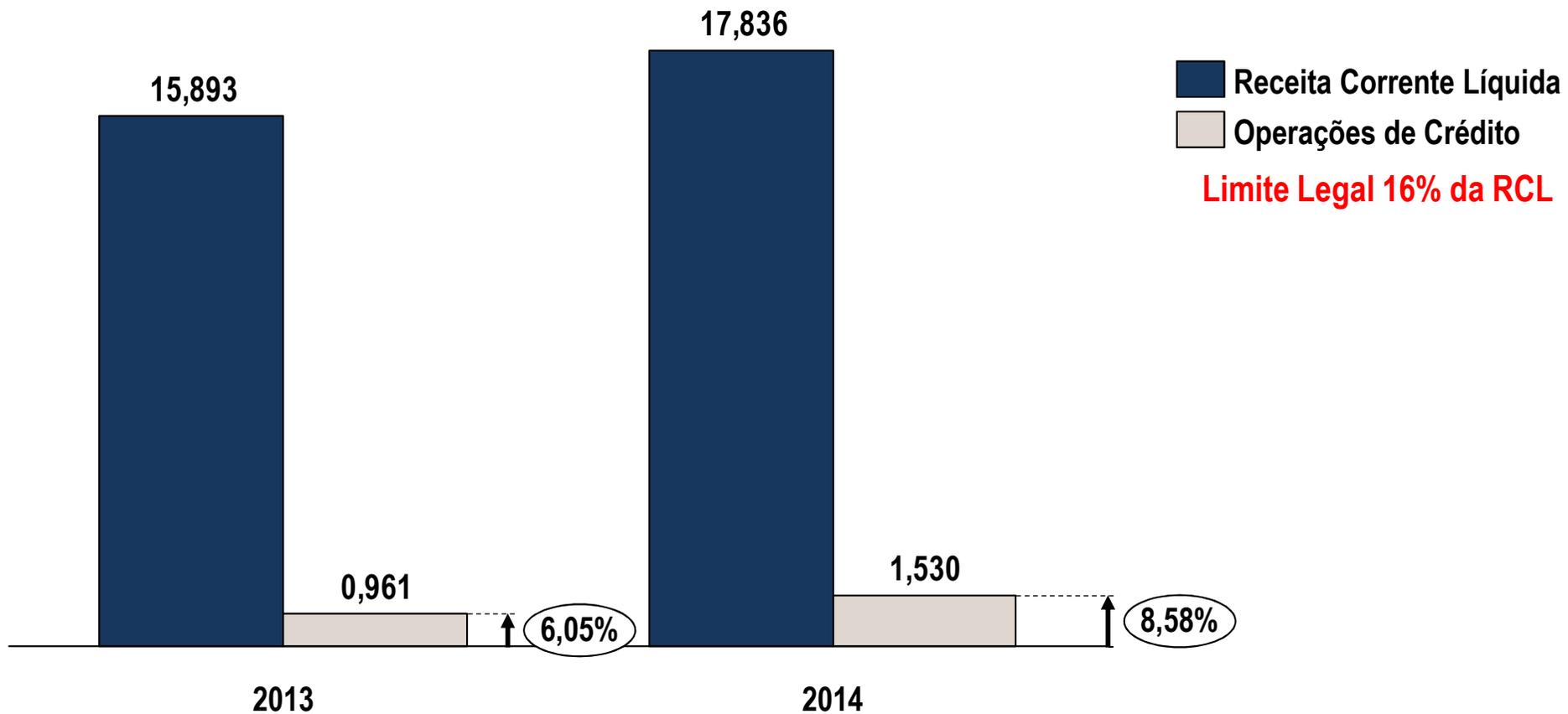
III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

■ Receitas de Operações de Crédito
 ■ Despesas de Capital



Operações de Crédito

Bilhões R\$



Operações de Crédito Contratadas

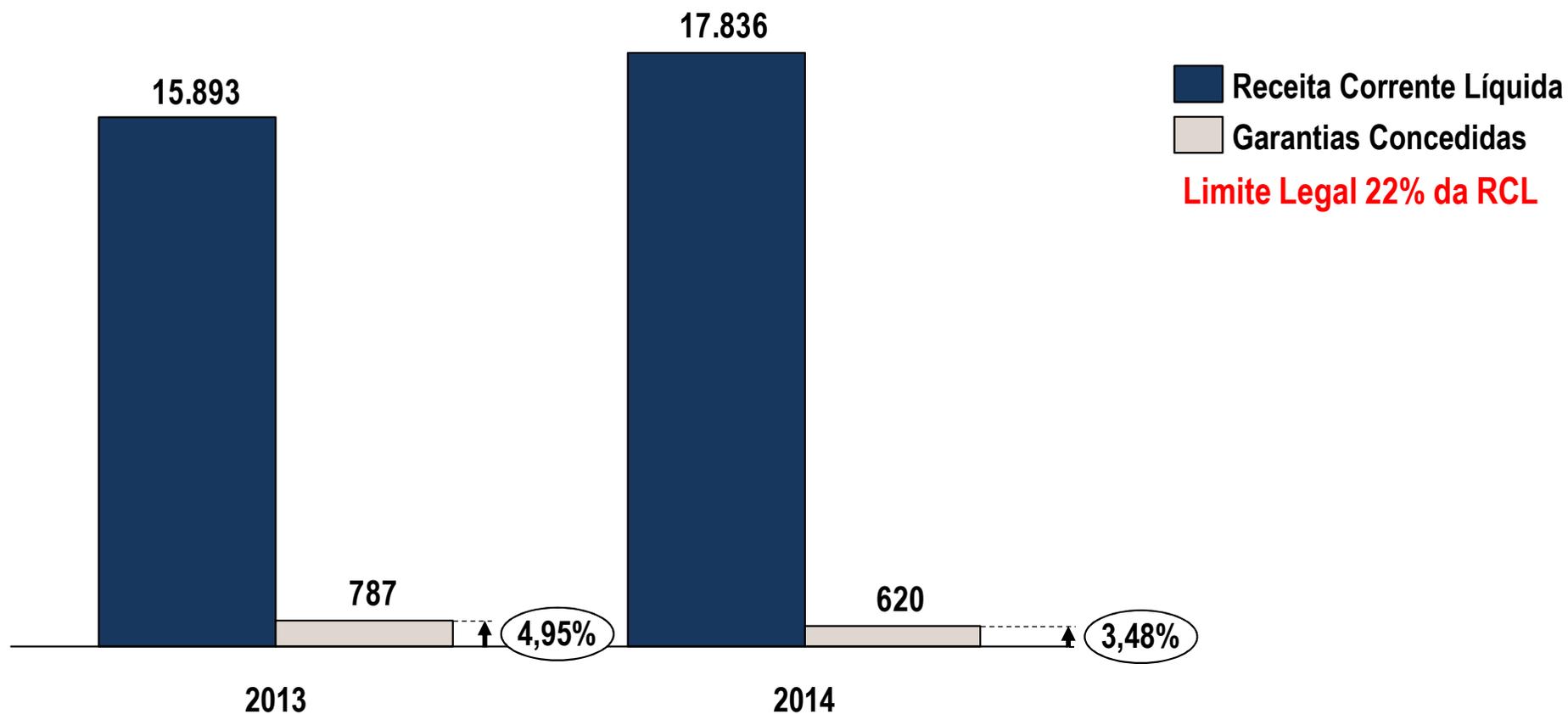
	Milhões R\$	
	2013	2014
DÍVIDA INTERNA	1.870	1.618
<i>BNDES</i>	1.651	1.164
Financiamento PMAE *	1	5
Programa Emergencial de Financiamento – PEF II	12	-
Programa Caminhos do Desenvolvimento *	100	194
Programa Acelera Santa Catarina	1.538	954
Sistema de Transporte de Joinville	-	11
<i>BANCO DO BRASIL</i>	219	454
Caminhos Estratégicos da Produção e Prevenção de Desastres	219	364
Pacto por Santa Catarina	-	90
DÍVIDA EXTERNA	188	125
Financiamento BIRD Microbacias	2	2
Financiamento Projeto Santa Catarina Rural Microbacias III	38	22
Programa BID V e VI	107	87
Profisco BID *	21	14
Programa de Integração Regional – CAF	20	-
TOTAL	2.058	1.743

* As operações de crédito destacadas não estão sujeitas ao limite legal imposto pela LRF para contratação (16% da RCL).



Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas

Milhões R\$



Disponibilidade de Caixa - Consolidado

Milhões R\$

	31/12/2013	31/12/2014	Variação (%) 2013/2014
1 - Disponibilidade de Caixa Bruta	6.520	7.769	19%
(-) 1.1 - Obrigações Financeiras	3.600	4.387	22%
(-) 1.2 - Restos a Pagar Processados	99	57	-42%
(-) 1.3 - Restos a Pagar Não Processados	576	438	-24%
2 - Disponibilidade de Caixa Líquida	2.245	2.887	29%



Disponibilidade de Caixa - Executivo

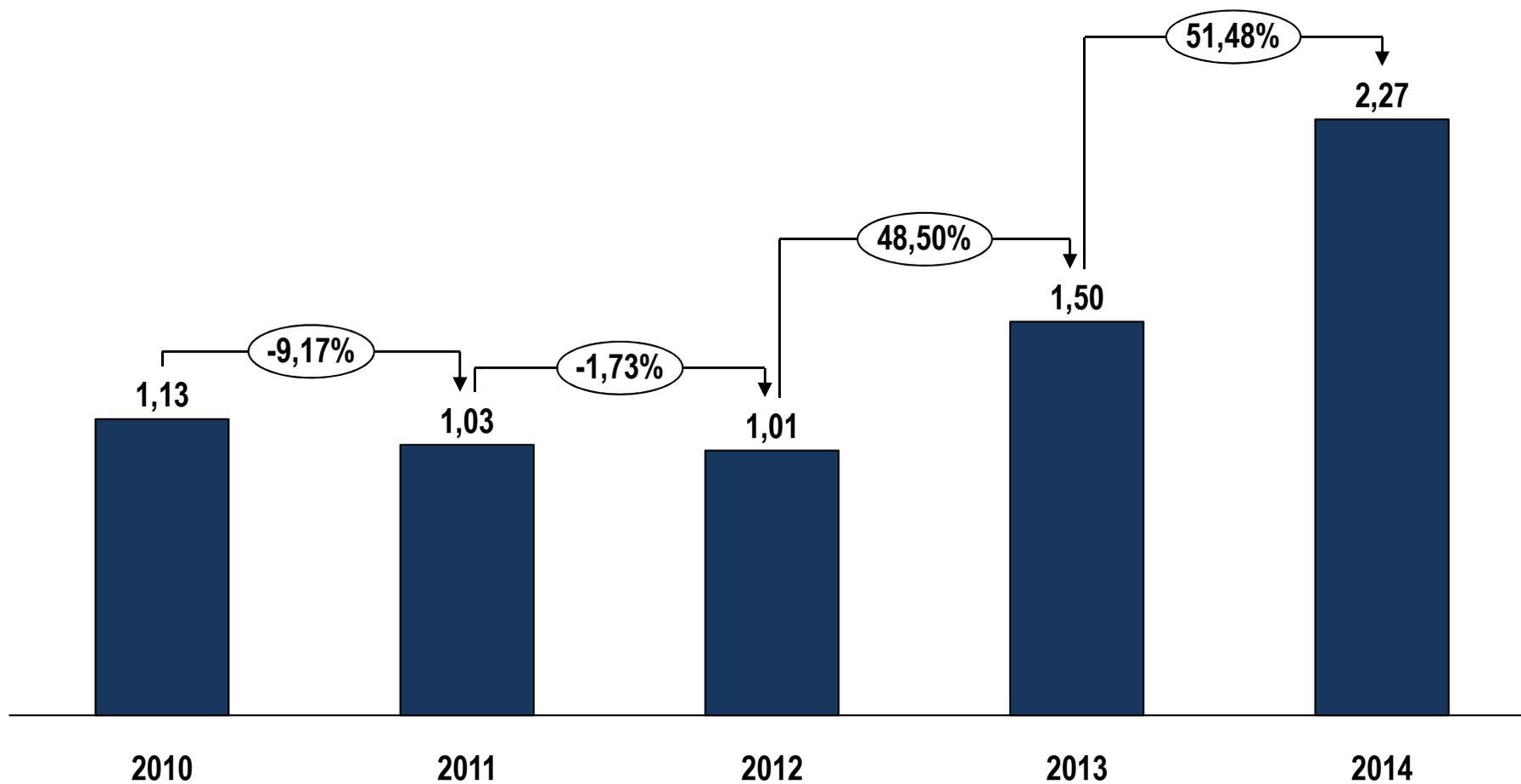
Milhões R\$

	31/12/2013	31/12/2014	Variação (%) 2013/2014
1 - Disponibilidade de Caixa Bruta	2.692	3.028	12%
(-) 1.1 - Obrigações Financeiras	279	240	-14%
(-) 1.2 - Restos a Pagar Processados	98	56	-43%
(-) 1.3 - Restos a Pagar Não Processados	498	358	-28%
2 - Disponibilidade de Caixa Líquida	1.817	2.374	31%



Investimentos

Bilhões R\$



Fonte: Diretoria de Contabilidade Geral



OBRIGADO

Antonio Marcos Gavazzoni

